



O HOMEM, O TEMPO E A LINGUAGEM: ESBOÇO PARA UMA CRÍTICA ACERCA DO PROBLEMA DO TEMPO LINGUISTICO EM ÉMILE BENVENISTE

*Men, Time and Language: a sketch to an open critic on the linguistics
time problem, in Émile Benveniste*

Fernando Lionel Quiroga

Universidade Estadual de Goiás – UEG
quirogapesquisa@hotmail.com

Resumo: Para Émile Benveniste, em *Problemas de Linguística Geral II*, o discurso é formado por duas categorias fundamentais, necessariamente ligadas: a de *pessoa* e a de *tempo*. O objeto desta investigação construiu-se a partir de uma preocupação sobre a segunda. O objetivo deste trabalho consistiu de uma problematização sobre o tempo linguístico apresentado por Benveniste. *Tempo*, aliás, específico da linguagem. A partir da distinção entre as categorias de tempo; i) físico, ii) cronológico e iii) linguístico, buscou-se refletir acerca do estatuto epistemológico em que o autor inscreve o seu pensamento, e debater a relação entre esta distinção e a experiência humana. Metodologicamente, esta investigação adotou o gênero ensaístico trazendo ao debate articulações teóricas com outras construções intelectuais acerca do conceito de tempo e estabelecendo um diálogo com a noção empregada pelo linguista. Os resultados deste ensaio não assumem o tom conclusivo de uma tese. Antes, colocam-se como noções cuja pretensão limita-se a ampliar a discussão acerca do presente problema. Dentre outros aspectos, ressaltamos a possibilidade crítica do uso que o linguista faz da categoria tempo em sua relação com a experiência humana, parecendo abordá-lo a partir de uma lógica reificada da realidade, isto é, fixando-o ao invés de liberá-lo.

Palavras-Chave: Tempo. Tempo Linguístico. Experiência Humana. Realidade.

Abstract: To e Benveniste, in *Linguistics General Problems II*, the discourse is formed by two fundamental categories, necessarily connected: *person* and *time*. The object of this survey was built from a concern about the latter. The objective of this work is a concern over the linguistics time, as presented by Benvenist. We sought to think about the epistemological grounds on which the author bases his thoughts and discuss time – by the way, specific to language. From the distinction among the categories of time , i) físic, ii) chronological and, III) linguistic, the relation between this distinction and human experience. In methodology, this suvery adopted the genre essay, bringing in debate theoretical articulations with other intellectual constructos about the concept of time. This work's results do not assume the conclusive bias of a tesis. And establishes a dialogue with the notion used by the

linguist. In fact, we work on notions whose ambitions are limited in broadening the discussion over the present problem. In its relations to human experience, seeming to approach it from a reified logic of reality. Among other aspects, we highlight the critical possibility of the use that the linguistic employs in the time category, i. e., tightening it up instead of liberating it.

Keywords: Time. Linguistic Time. Human Experience. Reality.

Introdução

Benveniste, na obra *Problemas de Linguística Geral II*, capítulo IV, debruça-se sobre um dos temas mais debatidos na história da filosofia: o tempo. O capítulo intitula-se *A linguagem e a experiência humana*. Nele, o autor discute duas categorias que são, segundo ele, fundamentais ao discurso; a de pessoa e a de tempo. Nossa proposta, neste ensaio, consistirá numa problematização sobre a segunda. Partimos da hipótese de que o linguista, ao atribuir um caráter específico ao tempo linguístico, imediatamente estaria inscrevendo numa concepção epistemológica que se opõe ao caráter linear do signo, passando a enxergá-la através de uma concepção teleológica, muito próxima, aliás, à doutrina do tempo cíclico. Esta observação, caso obtenhamos sucesso em demonstrá-la, situaria o linguista numa posição diversa a que Saussure (2006)¹ apresenta em seu *Cours de Linguistique Générale*.

Benveniste parte do entendimento de que o tempo da linguagem é completamente distinto ao tempo da reflexão. Para o linguista, o tempo da linguagem se liga organicamente ao tempo de modo a só existir, de fato, o presente da linguagem, restando o passado e o futuro como dimensões da realidade intemporal, portanto restringindo-se a marcadores do processo enunciativo. É somente a partir do centro temporal, ao mesmo tempo gerador e axial que a produção enunciativa com relação ao passado e futuro será posta em movimento. Não há, portanto, correspondência entre as dimensões do passado e futuro como tempo presente porque este é o único tempo existente na linguagem. Segundo ele, o que torna possível a

¹Benveniste é conhecido pela difusão e expansão do paradigma linguístico de Ferdinand de Saussure, para o qual “como a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução a cada instante, ela é uma intuição atual e um produto do passado”. (Saussure, 2006, p. 71). A posição diversa, nesse sentido, consistiria na demonstração que Benveniste busca estabelecer ressaltando a categoria de tempo como específica da linguagem (*temps spécifique de la langue*), a partir de uma diferenciação categorial entre o tempo *físico* e *cronológico*. Diversa não em sentido imediato, mas à consequência do que o seu pensamento permite interpretar.

dinâmica temporal é a experiência humana através de seus referentes linguísticos, como as datas presentes no calendário, e é favorecido pelo caráter intersubjetivo que se estabelece no processo de comunicação: “meu “hoje” se converte em seu “hoje”, ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso, e meu “ontem” em seu “ontem”” (BENVENISTE, 2000, p. 70).

Neste ensaio discutimos a hipótese de que o tempo linguístico em Benveniste apoia-se em um entendimento mais ou menos ideal do processo intersubjetivo em que os referenciais encontram-se fixados, alheios à experiência humana no que tange à outras variantes que o autor desconsidera, como por exemplo o repertório cultural envolvendo os sujeitos que iniciam o processo comunicativo e as possibilidades decorrentes de uma hipotética dissonância entre as partes que podem resultar – pastiches linguísticos sem qualquer rigor com a historicidade fatídica do tempo, como pode parecer insinuar Benveniste em seu argumento.

Neste ensaio buscamos ampliar esta discussão apontando para outras concepções da noção de tempo.

A linguagem, o homem e o mundo

Santo Agostinho, em *A cidade de Deus*, no livro XII, dedica alguns capítulos para tratar do tempo. No capítulo XIV, o pensador nega a tese do retorno dos séculos – tese segundo a qual, depois de completarem determinado ciclo de séculos, as coisas voltariam a existir na mesma ordem e da mesma forma. Agostinho escreve:

Assim se sucederiam sem paragem os movimentos periódicos dos séculos que vem e vão, - quer estas revoluções se cumpram num mundo permanente, quer, em certas épocas, um mundo que morre e que renasce o presente, sem cessar, como novos, os mesmos passados e futuros (...) Deste jogo burlesco não pode escapar a alma imortal, mesmo que tenha alcançado já a soberba sem parar encaminhar-se-ia para uma falsa beatitude e, sem parar, voltaria a uma autentica miséria. (AGOSTINHO, 2000, livro XII, p. 1111).

A hipótese que Agostinho refuta é justamente a ideia de um mundo permanente, cujos movimentos e acontecimentos obedeceriam a um plano supérfluo – como que por puro capricho – sujeitos à imagem de um jogo de repetição perpétua. Mais a seguir, em tom de ironia, o filósofo arremata:

Está, porém, longe de nossa reta fé acreditar que Salomão quis significar com tais palavras – *os ímpios andarão às voltas* – os famosos ciclos de acordo com os quais o tempo e as coisas temporais se repetiriam como um eterno rodopio. (Idem, 2000: Livro XII, p. 1112).

Tendo em vista o presente argumento, voltemo-nos para a questão da linguagem buscando verificar como o tempo ali se estabelece. Antes, porém, é preciso partir da seguinte questão: como se relacionam a *linguagem*, o *homem* e o *mundo*, e como o tempo se instaura neste complexo objeto de análise? Ao considerarmos o ser humano como *homo loquens*, será justo e indispensável que o pensemos também como habitante do mundo. Finalmente, teremos percebido que ao pensarmos no mundo, no homem e na linguagem, estamos, com efeito, pensando em três categorias dependentes e coexistentes entre si. Vale como exemplo, para melhor ilustrar esta constatação, a famosa afirmação de Wittgenstein: “os limites da minha linguagem significam o do meu mundo” (Wittgenstein, 1968). É necessário que isto seja exposto antes de relacionar a linguagem ao tempo. De que forma essa relação pode ser expressa, visto ser, através da própria linguagem, inevitavelmente, que se buscará alocar a ideia de mundo. Tamanho é o impacto do mundo para o homem que no primeiro livro da Bíblia, encontra-se a seguinte menção: “**No princípio**, criou Deus os céus e a terra”. (Gênesis, 1:1 – grifo nosso). No livro de João, recuperando a ideia do Gênesis, e como se o autor reconhecesse o aspecto *a posteriori* do mundo e das coisas em relação à linguagem, está escrito:

No princípio, era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez. (...) E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade. (João 1: 1-5; 14 – grifo nosso)

A linguagem entra no mundo junto à criação do homem. Para que se possa refletir acerca do tempo e da linguagem, deve-se então acrescentar o mundo e o homem. Acreditamos ser a mesma preocupação que levou Benveniste a intitular o IV capítulo de sua obra Problemas de Linguística Geral II, de *A linguagem e a experiência humana* – capítulo que, ao considerarmos as categorias antes apresentadas, buscamos aprofundar neste ensaio.

Benveniste, na tentativa de esclarecer as características do discurso, isto é, o que resulta do uso linguístico, distingue duas categorias que, segundo ele, são tão fundamentais quanto necessárias para o discurso. São elas: a de *pessoa* e a de *tempo*. Segundo ele, “todo homem se coloca em sua individualidade enquanto eu por oposição a tu e ele” (BENVENISTE, 2000, p. 69) Para Benveniste, o que se chama de pessoa, é o eu em oposição ao tu, pois são responsáveis por instaurar o diálogo. Ele ou ela é conhecido como não pessoa (eles não instauram o diálogo; são o objeto do diálogo. Nesta breve passagem, o linguista esclarece:

Assim, em toda língua e a todo momento, aquele que fala se apropria desse eu, este eu que, no inventário das formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto em ação no discurso, aí introduz a presença da pessoa sem a qual nenhuma linguagem é possível. (BENVENISTE, 2006, ano, p. 69).

Ao apropriar-se desse dado lexical – que Benveniste apresenta como uma chave –, a presença da pessoa se materializa no discurso, o diálogo se instaura, e então a linguagem se consagra; isto é, a língua se põe em movimento.

No capítulo VI do livro de Ezequiel, lemos a seguinte passagem:

E veio a mim a palavra do SENHOR, dizendo: Filho do homem, dirige o teu rosto para os montes de Israel e profetiza contra eles. E dirás: Montes de Israel, ouvi a palavra do Senhor JEOVÁ: Assim diz o Senhor JEOVÁ aos montes, aos outeiros, aos ribeiros e aos vales: Eis que **eu**, sim, **eu mesmo**, trarei a espada sobre vós e destruirei os vossos altos. (Ezequiel, cap. 6 v. 1-3 – grifo nosso).

Pode-se ver nestes versículos a presença da pessoa através das palavras de Jeová dirigidas ao profeta. A observação de Benveniste mostra-se evidente quando, no discurso, o **eu** se impõe seguido de uma aliteração da *pessoa* de Jeová. A presença da pessoa, na linguagem, seguindo a mesma estrutura explicativa para o tempo (conforme será apresentado adiante); não se refere à pessoa em seu aspecto físico, em sua individualidade humana, qualquer que seja, mas ao *ego* relativo ao *homo loquens*, ao *self* que permite ser usado de formas variadas, como por exemplo, em construções de prosopopeias. Para Benveniste a pessoa se justifica na linguagem através do uso do **eu** em oposição ao **tu**, a partir da consideração humana desse eu. No que concerne ao tempo, talvez pelo fato do autor tomar o

mesmo modelo de reflexão utilizado para o de pessoa, levaram-no a concluir a existência de um tempo alhures ao da reflexão. Tal argumento, aqui, será cicerone desta investigação.

O tempo

Benveniste divide o tempo nas categorias, i) cronológico [referente à sucessão dos acontecimentos]; ii) físico [relativo a início e fim, pautado no movimento dos astros]; iii) linguístico [estabelecido em função da enunciação].

Para ele, o tempo linguístico surge no momento em que se toma a palavra localizando os acontecimentos em função do momento da enunciação. Assim, os marcos de referência é o que dariam consistência ao discurso temporal. Na tentativa de explicar a diferença entre o tempo linguístico e o da reflexão, Benveniste escreve:

O sistema obedece a necessidades internas que são coercitivas. O eixo de referência não pode ser mudado, uma vez que é marcado por algo que realmente aconteceu no mundo, e não por uma convenção revogável. (...) Se ele não fosse mutável, se os anos mudassem com os dias, ou cada um os contasse à sua maneira nenhum discurso sensato poderia mais ser mantido sobre nada e a história inteira falaria a linguagem da loucura (Benveniste, 2006, p.73).

E mais adiante:

O que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso (Idem, 2006, p. 74).

Um primeiro aspecto é o de que Benveniste se acomoda na descrição de duas formas convencionais sobre a categoria de tempo e, na tentativa de acoplá-la à especificidade da linguagem, se vê obrigado a repeli-la, não encontrando meios aonde possa alojá-la. Não encontra espaços em sua análise e então cria uma divisão específica onde ninguém possa alcançá-lo; distancia-se da experiência humana. Senão, para dar um exemplo, como se poderia aplicar hipoteticamente a seguinte questão: *pode haver tempo sem linguagem?*² O linguista

² Para melhor explicitar esta questão, recorremos à seguinte formulação presente na Obra de Agostinho, A cidade de Deus: “Efetivamente, se em todo o tempo não houve tempo, havia então tempo em que tempo nenhum havia?” Agostinho, após ponderar, questiona: “Quem seria tão tolo para dizer uma coisa destas?” E então coloca à prova: “Dizer ‘havia um tempo quando nenhum tempo havia’ é tão absurdo como dizer ‘havia um homem

observa; “Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo” (idem, p. 71). Ademais, no desenvolvimento da criança, durante os primeiros anos de vida, é sabido que a noção do tempo vai se ajustando e se coadunando junto ao desenvolvimento da linguagem. A noção de causalidade no plano físico se dá também nos processos da aquisição da linguagem. Assim, referir-se ao tempo da linguagem como estranho ao da reflexão consistiria em apontar para algo também estranho à própria linguagem, submetendo-a imediatamente a um plano exterior ao homem e ao tempo – o que conduziria, inevitavelmente, para um método de análise segmentado.

Queremos dizer que a questão posta por Benveniste parece inscrever-se à tradição positivista, cuja fé consiste em separar o que aparentemente – talvez pela ilusão causada pelo próprio vazio existente entre as palavras – constitui um único organismo. Tal pensamento pode ser ilustrado nesta passagem de Jorge L. Borges³:

Em todas as ficções, cada vez que um homem se defronta com diversas alternativas, opta por uma e elimina as outras; na do quase inextricável Ts’ ui Pen, opta – simultaneamente – por todas. Cria, assim, diversos futuros, diversos tempos que também proliferam e se bifurcam. (BORGES, 2000, p. 532).

Não é o caso, ainda assim, de apontar para a invalidade da reflexão do linguista. Teremos cumprido a nossa função se este ensaio estimular um ou outro pensamento acerca do tempo na linguagem e a relação de intimidade com o homem e o mundo como algo não diverso do tempo da reflexão. Quando se vê o marco referencial que confere ao enunciado uma condição de anterioridade e posterioridade, isto somente adquire plasticidade porque a pessoa a que se refere Benveniste, o *ego*, está também colocado como marco de referência no mundo ao qual o discurso acontece.

Assim, se Agostinho se opõe à doutrina dos ciclos justamente porque o mundo, sob esse ponto de vista, consistiria numa eternidade estrutural e numa repetição de movimentos (e acontecimentos), parece que, da mesma forma, a reflexão de Benveniste culmina exatamente na concepção que Agostinho e mais contemporaneamente Borges criticaram; qual seja, a ideia mais ou menos estanque da linguagem, em que os tempos passado e futuro, por exemplo,

quando homem nenhum havia”. Finalmente Agostinho corrige a reflexão: “Houve tempo em que não havia homens”, e “Havia um tempo em que o mundo não existia”. (AGOSTINHO, 2000, p. 1119).

³ BORGES, Jorge Luís. **O Jardim das veredas que se bifurcam**, Ficções/Obras Completas. São Paulo, Globo, 2000.

estivessem sujeitos a uma estrutura pré-determinada, não passando de meras convenções. Aliás, esta concepção consistiria em assumir a existência do *pensamento* como algo anterior à linguagem; isto é, um pensamento articulado como tal (talvez gêmeo), mas que não pudesse ainda ser chamado de *linguagem*. Ainda que nos esforcemos por entender a distinção do tempo proposta por Benveniste, devemos para tal, adequarmos (cada um à sua maneira), a própria conexão com a experiência humana sugerida no título, restringindo-a a experiência da linguagem. Não é objetivo deste ensaio, porém, gerar com isso um sentimento de contrição sobre o capítulo do linguista.

Discussão

A divergência que Benveniste atribui ao tempo da reflexão e ao tempo da linguagem consistiria em considera-la sob um ponto de vista teleológico, cuja finalidade já está posta de antemão. O tempo, nessa concepção, não passaria de uma representação imaginária, sendo a linguagem como uma máquina do tempo, capaz de conduzir o homem à era jurássica e, num *passe de vírgula*, deslocá-lo para o insondável e desconhecido futuro. Não se questiona aqui o aspecto coercitivo que governa a língua. Há, nessas estruturas rígidas, as marcas próprias da linguagem, como se pode ver nos estudos de Saussure. Sem a solidez dessas estruturas, sustentadas por dêiticos, embreadores e debreadores, etc., a linguagem não seria possível. Assim, parece que todo o problema em se analisar a linguagem consiste nessa tensão entre a estrutura coercitiva e a liberdade desmedida. Barthes, numa conferência em 1977, afirma:

A linguagem é uma legislação, a língua o seu código. Não percebemos o poder que há na língua, porque nos esquecemos que toda língua é uma classificação e que toda classificação é opressiva (...) Falar, e com muito mais razão, discorrer, não é comunicar, como se afirma tão frequentemente, é sujeitar (Compagnon, *Apud* BARTHES, 1999, p. 125).

É evidente, como podemos constatar, o aspecto governável da linguagem. Isto é, uma sequência finita de códigos e regras em tensão mútua com uma combinação infinita⁴. Tal

⁴A unidade lexical possui o caráter *sui generis* de infinito, pois as possibilidades são infinitas; e os empregos possuem o caráter de finito, já que obedecem às leis que governam o discurso (criando coerções e

raciocínio não parece oferecer o menor problema. O que se reivindica aqui é que, ao invés de Benveniste limitar-se a descrever o funcionamento do tempo na linguagem, se propõe a ampliar a discussão para além da linguagem, buscando a conexão com a experiência humana. A divergência por ele apontada colide justamente numa posição divergente acerca das doutrinas do tempo. Vejamos o que diz Nietzsche a respeito:

Se o mundo pode ser pensado como grandeza determinada de força e como número determinado de centro de força – e toda outra representação permanece indeterminada e consequentemente inutilizável –, disso se segue que ele tem de passar por um número calculável de combinações, no grande jogo de dados de sua existência. Em um tempo infinito, cada combinação possível estaria alguma vez alcançada; mais ainda: estaria alcançada infinitas vezes. E como entre cada combinação e seu próximo retorno todas as combinações ainda possíveis teriam de estar transcorridas e cada uma dessas combinações condiciona a sequência inteira das combinações da mesma série, com isso estaria provado um curso circular de séries absolutamente idênticas: o mundo como curso circular que infinitas vezes já se repetiu e que joga seu jogo *in infinitum*. (NIETZSCHE, 1974, p. 405).

Este raciocínio difere do argumento de Agostinho, segundo o qual o mundo não poderia jamais repetir-se. A visão nietzschiana, deste modo, afora as aparências de que em sua concepção o mundo pareça um ser vivente, em movimento perpétuo, no fundo manifesta um mundo ossificado, cujas combinações são determinadas previamente, não deixando espaços para a expansão arbitrária ou para a insurreição do mundo ou do homem. Benveniste, nesse sentido, parece ocupar-se do estudo do tempo dentro das condições rígidas da linguagem, ignorando o seu aspecto expansivo e a sua própria capacidade de combinar-se infinitamente. Não se quer com isso negar a descrição funcional apresentada por ele, mas apontar a dissonância epistemológica trazida em sua reflexão. Quer dizer que a marcação do tempo na língua não somente requer que se finque uma bandeira alarmando a cadeia sintagmática. Essa marca, uma vez que a pessoa tomou a palavra e o discurso foi instaurado, pode se dar com uma unidade lexical que, na estrutura do enunciado nada diz, mas que remete à memória do outro a um tempo do passado, como se fosse um truque onde a palavra aparece justamente quando a única regra é evita-la. Cabe, a esse respeito, esta outra referência à Borges:

constrangimentos que inibem o uso anárquico, e favorecendo o uso sob determinadas condições). Visto assim, a poesia subverte as leis do governo, transitando no espaço da subversão do infinito

O jardim de veredas que se bifurcam é uma enorme charada, ou parábola, cujo tema é o tempo; essa causa recôndita proíbe-lhe a menção de seu nome. Omitir sempre uma palavra, recorrer a metáforas ineptas e a perífrases evidentes é, quiçá o modo mais enfático de indicá-la. (BORGES, 2000, p. 532).

Esta imagem serve como exemplo para explicar a concepção reificada de Benveniste sobre o tempo na linguagem.

Últimas palavras

Da mesma forma que para Vermeer⁵ basta um toque de pincel para criar um efeito de luz impressionante, qualquer palavra inscrita na memória do outro (marcada inevitavelmente pelo mundo), qualquer tonalidade arbitrária para o discurso, mas significativa para o homem, é suficiente para que o tempo se instaure. Toda uma expressão marcada pela cultura, e que não tenha nada de contemporâneo no discurso, é uma marca do tempo linguístico. Se numa conversa com um estudante de história pedirmos que ele busque referenciar o seguinte enunciado: “Todo os homens são iguais, por natureza e perante a lei”, e ele responder que se trata de um trecho retirado da Declaração dos Direitos do Homem, de 1789, palco da revolução francesa, o tempo, aqui, não terá nenhuma relação com a linguagem, mas estará presente na totalidade da enunciação⁶. Dependerá, em última instância, do uso simbólico e arbitrário de qualquer unidade lexical capaz de colocá-lo como referência do tempo. Benveniste parece tratar do uso do tempo em um sentido ideal, tratando a linguagem através de uma lógica reificada.

Ora, este uso móvel e ilimitado de combinações coloca a própria ideia de linguagem como legislação dentro de um espaço amplo de atuação, como um governo cosmopolita permissivo, preocupado apenas em manter a identidade da língua e deixando o livre trânsito para o intercâmbio com as outras línguas. Da mesma forma, usando este exemplo, se pode

⁵ Vermeer é conhecido por sua extraordinária capacidade de retratar realisticamente a luz natural, artifício que usou para moldar espaços, objetos e pessoas. Muitas de suas mais admiradas obras parecem reluzir com fontes luminosas: pontinhos de tinta clara chamados *pointillés*. Nosso exemplo refere-se ao quadro *Moça com brinco de pérola* (c. 1665), uma das mais impressionantes obras de Vermeer.

⁶ Se o mesmo enunciado fosse apresentado a um leigo, este poderia estabelecer uma relação direta ao futuro (ou de utopia), visto que a experiência humana não comprova a igualdade entre os homens, gerando, inclusive, um sentimento de distopia. Em outra situação, ainda, se mostrado a um advogado, o mesmo enunciado estaria posto a serviço do “agora”, já que se trata de um princípio em vigor na constituição.

falar quanto ao uso ou ao emprego do tempo em linguagem. Insistimos que este não esteja restrito às regras da marcação no enunciado, não de forma explícita. Em todo caso, ainda mais insistentemente, o *tempo* se dá na correspondência do arbitrário em relação à *pessoa* – esta última (das categorias apresentadas pelo linguista) – imune aos apontamentos deste esboço.

Outro ponto é que, uma vez que passado e futuro dependem em certo sentido das representações relativas a tais dimensões e que a comunicação uma vez instaurada será viabilizada intersubjetivamente, quer-se compreender os limites desta diante da crise na tradição⁷, isto é, de um conjunto de valores historicamente construídos e igualmente esquecidos, degenerados, fragmentados, desfigurados.

Em outras palavras, de que modo a questão do tempo linguístico em Benveniste se articula com a realidade, a ideologia, a política e de que modo ela incide, finalmente, na realidade cotidiana, no tecido da sociedade e da cultura de massas, na produções de sentidos anacrônicas, atemporais etc.?

A partir da concepção do linguista poderíamos nos questionar, portanto, até que ponto estariam *passado e futuro*, enquanto dimensão-síntese da produção cultural, ameaçados como marcadores temporais?

Referências

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus**, livro XII. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 2000.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas/SP: Ed. Pontes, 2006.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA BARSA (vol. 10). São Paulo: Melhoramentos, 1984.

FARTHING, Stephen. **Grandes Artistas: um guia abrangente sobre os gigantes das artes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

⁷ Não é o caso de aprofundarmos esta noção neste ensaio. Em todo caso, destacamos a importância com que o assunto é tratado em Hannah Arendt no ensaio: “A crise na cultura: Sua importância Social e Política (2005) – desdobrando uma reflexão mais ampla sobre a quebra entre passado e futuro – noções aqui sim importantes em que pese à nossa reflexão conclusiva.

BORGES, Jorge Luis. **Obras Completas I/Ficções**. São Paulo: Globo, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. **Obras Incompletas/ O Eterno Retorno**. São Paulo: Abril, 1974.

MORAES, José Geraldo Vinci. **História Geral e Brasil**. São Paulo: Atual Editora, 2005

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1968.

Sobre o autor

Fernando Lionel Quiroga

Professor do quadro efetivo da Universidade Estadual de Goiás, UEG, na área de Fundamentos da Educação. É Doutor e Mestre em Ciências: Educação e Saúde na Infância e na Adolescência - Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8336467140213369>

Artigo recebido em Agosto de 2018.
Artigo aceito para publicação em Outubro de 2018.